

“Não há nenhuma possibilidade de retaliação da parte dos credores”

por Cecília Costa
do Rio

Não há qualquer possibilidade de o Brasil vir a sofrer retaliações por parte dos governos credores como as que foram descritas pelo ex-presidente do Citicorp, Walter Wriston, em entrevista ao jornal americano The Christian Science Monitor. Segundo explicou o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, apesar de o confisco de navios e aviões estar previsto no Direito Internacional, medidas como essas só se aplicam ao devedor que resolveu repudiar totalmente sua dívida externa.

“A ameaça de Wriston, que não fala mais em nome do Citicorp, conseqüentemente, não faz sentido. Não tem nenhuma relação com o caso do Brasil, que só deixou de pagar os juros da dívida porque estava correndo o risco de ficar sem caixa. Além disso, o governo brasileiro, como já demonstrou, está disposto a negociar e vem até mesmo pagando os juros de curto prazo”, afirmou Simonsen, membro do board do Citicorp.

No século passado, comentou, um país credor poderia até mandar sua esquadra para cobrar a dívida, como ocorria com a Inglaterra. Uma nova legislação internacional — a doutrina Draco — impediu essas práticas, proibindo que o credor fosse até ao devedor, país soberano, se



Mário Henrique Simonsen

apossar de bens. O Direito Internacional, no entanto, prevê o confisco dos bens no exterior, “só que essa medida é acionada apenas em casos de repúdio total da dívida”, reiterou.

O DIA 31 DE MARÇO

Simonsen também não está preocupado com o fato de vários bancos credores estarem declarando em seus balanços os juros da dívida externa brasileira como “non-per-forming” (não produtivos ou geradores de receita) ou pelo menos ameaçando que terão de adotar a medida contábil, observou, que tem de ser respeitada e “nada mais natural que os juros não pagos sejam considerados perdas, na medida em que o país não os está pagando mesmo”.

“Isso já aconteceu com o Brasil na crise cambial de

1982 e 1983 e com outros países devedores e não foi empecilho para a continuidade das negociações. Caso o Brasil volte a pagar os juros, tudo se normalizará novamente”, afirmou. Problema bem mais sério, em sua opinião, é a data-limite do dia 31 de março, no caso do acordo que renova linhas de curto prazo.

Simonsen crê que os bancos grandes vão renovar o acordo, mas os pequenos resistirão. Como não há outro meio de realizar a negociação dessa prorrogação a não ser através do Comitê de Bancos, ele acha que a saída é mesmo fechar o acordo com os grandes e esperar pela adesão dos pequenos, “que deverá acabar acontecendo”. De qualquer forma, haverá, a seu ver, momentos de tensão para o País.

Quando essas linhas de curto prazo, comerciais e interbancárias, estiverem asseguradas, mesmo que parcialmente, o segundo passo na negociação, frissou, será a apresentação de um plano econômico de longo prazo coerente. O ex-ministro da Fazenda, que está “extremamente curioso” a respeito do plano de quatro anos já anunciado pelo governo, considera que, além de submetê-lo a banqueiros, as autoridades brasileiras terão de submetê-lo também a algum órgão multilateral para que seja aceito por toda a comunidade financeira

internacional e governos credores.

BANCO MUNDIAL

“Não ficaria bem para o Brasil negociar esse plano somente com os Estados Unidos, pois um país soberano não pode ficar na dependência apenas de outro país. O jeito, portanto, vai ser recorrer a algum organismo multilateral. Se a opção não for o Fundo Monetário Internacional (FMI), a alternativa será o Banco Mundial”, aconselhou. Diante do comentário de que o Brasil não aceitou a interferência do Banco Mundial, tendo recusado a proposta de plano feita pelo presidente do órgão, Barber Conable, por considerá-la uma ingerência em assuntos nacionais, Simonsen disse que não se tratava de discutir ingerências. “O Brasil quer negociar ou não?” Esse é o ponto. Se quiser, é quase certo que terá de ter um aval de organismo multilateral ao seu programa econômico de longo prazo.”

Quanto às suas relações com o atual presidente do Citicorp, continua a considerar que as declarações de John Reed a respeito das dívidas do Terceiro Mundo não condiziam com sua função de presidente do Citicorp, mas assegurou que não pediu demissão do Conselho Diretor do banco, “porque isso não seria razoável. Se quisesse me afastar do Citicorp, me afastaria, simplesmente”.